



Plano de Dinamização

Investiment
de Proximidade



AVISO – CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (PO SEUR)

EIXO PRIORITÁRIO 2

PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

(FUNDO DE COESÃO)

OBJETIVO TEMÁTICO

5 - PROMOVER A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

5ii - “PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA ABORDAR RISCOS ESPECÍFICOS, ASSEGURAR A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA ÀS CATÁSTROFES E DESENVOLVER SISTEMAS DE GESTÃO DE CATÁSTROFES”

OBJETIVO ESPECÍFICO

2 - REFORÇO DA GESTÃO FACE AOS RISCOS, NUMA PERSPETIVA DE RESILIÊNCIA, CAPACITANDO AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

10 - PLANEAMENTO E GESTÃO DE RISCOS

SECÇÃO REGULAMENTO ESPECÍFICO DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS (RE SEUR)

12 – ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

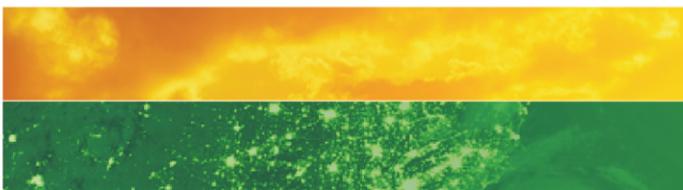
DESIGNAÇÃO SINTÉTICA DO ÂMBITO DO AVISO

INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO, MONITORIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO
- PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO – 2º AVISO

Aviso POSEUR-10-2016-76

DATA DE ABERTURA: 30 DE NOVEMBRO 2016

DATA DE FECHO: 17 DE FEVEREIRO 2017





AVISO – CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

1. Âmbito e Objetivos do Aviso - Convite

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) poderá adotar a modalidade de Convite para apresentação de candidaturas em casos excecionais, nos termos do nº 1 do artigo 16º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015 de 6 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020.

As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.

Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, como referência territorial para a concretização de Investimentos Territoriais Integrados (ITI) a escala NUTS III, através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

A 17 de março de 2015 foi publicado o Convite nº3/2015 para apresentação de candidaturas visando a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

Os processos de seleção e de negociação permitiram concluir acordos entre as Autoridades de Gestão dos PO financiadores e as Comunidades Intermunicipais.

O POSEUR prevê, no seu Eixo Prioritário 2, o reforço da gestão face aos riscos específicos visando assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes, no âmbito do qual se preconiza o reforço da gestão através do domínio de intervenção prioritário “Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação”.

Tendo em conta a diversidade de riscos incidente no território nacional, pretende-se reforçar as dimensões transversais de planeamento, monitorização e comunicação, colmatar lacunas, em especial na elaboração de planos de emergência ainda em falta, incluindo Planos de Emergência de âmbito supra municipal, ou para riscos específicos, reforçar o conhecimento e caracterização e avaliação de riscos naturais e tecnológicos, complementando os níveis de informação existentes. Pretende-se ainda investir no reforço de sistemas de informação para apoio mais eficiente à decisão em termos de resposta ou de recuperação face a acidentes graves, dando prioridade ao preenchimento de lacunas, integração e interoperabilidade entre sistemas de informação, complementaridade de conteúdos e partilha de recursos, incluindo a articulação com o cidadão através de plataformas que permitam o seu envolvimento na prevenção de riscos. No âmbito dos sistemas de informação e monitorização enquadra-se a ampliação e modernização da rede de vigilância e aquisição de dados para sistemas integrados de videovigilância para a prevenção de incêndios florestais.

Importa pois, que o Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR), aprovado pela Comissão Europeia na Decisão C (2014) 10.110 final, de 16.12.2014, utilize os recursos disponíveis no Eixo 2, Prioridade de Investimento 5ii “Promoção de Investimentos para abordar riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes”, de modo a contribuir para os objetivos específicos constantes do artigo 81º do Regulamento



Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterado pela Portaria n.º 404-A/2015, de 18 de novembro e pela Portaria n.º 238/2016, de 31 de agosto nomeadamente no domínio de intervenção prioritário “Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação” consubstanciado na alínea d) do número 2.1 do artigo 82º do RE SEUR, viabilizando o financiamento de operações das tipologias previstas nas subalíneas i), ii) e iii), onde se enquadram o âmbito e objetivos suprarreferidos.

Esta tipologia de operações está prevista nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, contratualizados no âmbito do PO SEUR com as Comunidades Intermunicipais (CIM) da NUTS II Norte - CIM Alto Tâmega, CIM Ave, CIM Cávado, CIM Douro e CIM Trás-os-Montes, da NUTS II Centro – todas as CIM, da NUTS II Alentejo – CIM Alto Alentejo e CIM Lezíria do Tejo e com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), sendo a viabilização do acesso de operações promovidas pelas entidades municipais nos territórios abrangidos por estes Pactos, promovida nos termos do número 9 do artigo 65º do Decreto-lei nº 137/2014 de 12 de setembro.

Em Maio de 2016 foi aberto o 1º Aviso-Convite dirigido às CIM supra mencionadas para viabilizar a candidatura à tipologia de operações contratualizada no âmbito dos Pactos “instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios”. Contudo, nem todas as CIM reuniram condições de resposta às exigências do Aviso, não tendo a dotação financeira predefinida sido totalmente aproveitada, o que justifica criar nova oportunidade de candidatura das CIM não contempladas aos fundos contratualizados com o POSEUR.

Neste sentido, a Comissão Diretiva do POSEUR entendeu proceder à abertura do presente Aviso-Convite, dirigido às referidas AM e CIM, o qual foi aprovado pela Comissão Interministerial de Coordenação do Domínio Temático SEUR (CIC SEUR), sendo agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020.

2. Tipologia de Operações

2.1 A tipologia de operações passível de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso-Convite, é a que se encontra prevista nas subalíneas i), ii) e iii) da alínea d) “Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação”, do n.º 2.1 do artigo 82.º do RE SEUR, que visem:

i) A elaboração de planos, incluindo Planos Gerais de Emergência ainda em falta para os diferentes níveis territoriais, a elaboração de Planos Especiais de Emergência para riscos específicos ou a revisão de Planos Gerais, Especiais e Municipais de Emergência, de acordo com o estipulado no quadro legal em vigor e nas Diretivas Comunitárias, para a área geográfica municipal ou supramunicipal, desde que permitam o reforço do conhecimento, especialmente na caracterização e avaliação de riscos naturais e tecnológicos, complementando os níveis de informação existente;

ii) Elaboração de estudos técnicos e cartografia com vista à caracterização de riscos naturais e tecnológicos, privilegiando o reforço do conhecimento e o preenchimento de lacunas de informação, a complementaridade de conteúdos e a sua utilidade no apoio à decisão das entidades competentes nos domínios da prevenção estrutural e da resposta a situações de emergência;

iii) Reforço dos sistemas de informação e de monitorização, incluindo o Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais, a Rede Nacional de Alerta de Radioatividade no Ambiente, a Rede de Alerta Geofísico Precoce e o Sistema de Alerta e Aviso à População, priorizando o preenchimento de lacunas e salvaguardando a integração e interoperabilidade entre sistemas de gestão de informação.

2.2 Sem prejuízo do âmbito e tipologias previstos no ponto 2.1, serão apenas elegíveis as operações que constam nos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão celebrados e que constam igualmente no anexo IV do presente Aviso-Convite, para elaboração de planos e estudos destinados a dotar os Municípios ou as suas associações (AM ou CIM) dos instrumentos de gestão e planeamento de riscos, naturais ou tecnológicos, cujo âmbito e enquadramento legal se integre nas competências e responsabilidades daquelas



entidades, conferidas pelas políticas nacionais de Proteção Civil e de Defesa Contra Incêndios Florestais e pelos respetivos instrumentos de planeamento, municipal, supramunicipal e distrital.

3. Beneficiários

3.1 Para os efeitos do presente Aviso-Convite, apenas são elegíveis as entidades municipais dos territórios abrangidos pelos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial celebrados com o PO SEUR, através dos quais foram contratualizados apoios para o cofinanciamento de projetos enquadrados no ponto *iv*) da alínea *b*) do nº 1 artigo 83.º do RE POSEUR, “Autarquias Locais e suas Associações”, que tenham por missão desenvolver operações do domínio de intervenção prioritário “Instrumentos de planeamento, monitorização e comunicação” das tipologias definidas no ponto 2. deste Aviso-Convite.

3.2 São elegíveis, apenas, a AML e as CIM pertencentes à NUTS II Norte, Centro e Alentejo, identificadas no ponto 4 do presente Aviso-Convite.

3.3 As entidades referidas no número anterior podem submeter operações em parceria devendo, nessa situação, designar um líder que assumirá o estatuto de beneficiário, independentemente das relações que o mesmo estabelecer com outros parceiros na operação.

4. Âmbito Geográfico

Conforme previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 3 do RE SEUR são elegíveis, no âmbito do presente Aviso-Convite, as operações localizadas nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo, e na área dos Municípios pertencentes às seguintes CIM e AM, que celebraram com o PO SEUR os Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, para a realização de operações nas tipologias de intervenção previstas em cada um dos referidos Pactos:

- a) Área Metropolitana de Lisboa
- b) Comunidade Intermunicipal do Cávado;
- c) Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega;
- d) Comunidade Intermunicipal do Ave;
- e) Comunidade Intermunicipal do Oeste;
- f) Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo;

5. Grau de Maturidade mínimo exigido às operações

O grau de maturidade mínimo exigido para a apresentação das candidaturas consiste na evidência da aprovação dos termos de referência ou do estudo/projeto que fundamente as intervenções a realizar e os custos e os objetivos / resultados a atingir com a operação, atento o previsto na alínea a) do nº 1 do artigo 12.º do RE SEUR, que determina aos beneficiários a obrigação de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação da operação.

O grau de maturidade mínimo é exigido para a principal componente do investimento, devendo o respetivo procedimento de contratação pública ser lançado até 60 dias após a assinatura do termo de aceitação.



6. Prazo de Execução das Operações

O prazo máximo de execução das operações é de 2 anos (24 meses) a contar da assinatura do Termo de Aceitação.

7. Natureza do Financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso-Convite reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 86º do RE SEUR.

8. Dotação financeira máxima e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima de Fundo de Coesão afeta ao presente Aviso-Convite é de **1,889 milhões de euros**, correspondente ao somatório das dotações do Fundo contratualizadas com as CIM e AM (cf. Anexo IV).

A dotação máxima de Fundo de Coesão afeta a cada operação a candidatar consiste nos montantes contratualizados nos respetivos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão celebrados e que constam igualmente no Anexo IV do presente Aviso – Convite).

A taxa máxima de cofinanciamento Fundo de Coesão das operações a aprovar no âmbito deste Aviso-Convite é de 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas elegíveis, de acordo com o n.º 1 do artigo 8º do RE SEUR.

9. Período para receção de candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 30 de novembro de 2016 e as 18 horas do dia 17 de fevereiro de 2017.

10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação das operações definidas no ponto 2 do Aviso, e que respeitem cumulativamente o disposto nos números seguintes:

10.1 Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Os beneficiários terão que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º do RE SEUR, bem como declarar ou comprovar, se para tanto forem notificados, que cumprem os critérios previstos no artigo 13.º e não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, nomeadamente:

- a) Estarem legalmente constituídos;
- b) Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do Termo de Aceitação;
- c) Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
- d) Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
- e) Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI;
- f) Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;



g) Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência.

Os beneficiários devem ainda assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei:

1 – Os beneficiários que tenham sido condenados em processo-crime por factos que envolvam disponibilidades financeiras dos FEEI ficam impedidos de aceder ao financiamento público por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da pena aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;

2 – Os beneficiários contra quem tenha sido deduzida acusação em processo-crime pelos factos referidos no número anterior, ou em relação aos quais tenha sido feita participação criminal por factos apurados em processos de controlo ou auditoria movidos pelos órgãos competentes, apenas podem ter acesso a apoios financeiros públicos no âmbito dos FEEI se apresentarem garantia idónea por cada pagamento a efetuar, independentemente da operação a que se reporta, que seja válida até à aprovação do saldo final ou até à reposição dos apoios recebidos, se a ela houver lugar;

3 – A exigência de apresentação da garantia idónea referida no número anterior depende da verificação, pela entidade pagadora competente, da existência de indícios, subjacentes à acusação ou participação criminal, que envolvam um risco de não pagamentos futuros;

4 – Sem prejuízo de outras cominações previstas na legislação europeia e nacional e na regulamentação específica aplicáveis, os beneficiários que recusarem a submissão a um controlo das entidades competentes só podem aceder a apoios dos FEEI nos três anos subsequentes à revogação da decisão de apoio, proferida com fundamento naquele facto, mediante a apresentação de garantia idónea nos termos previstos no número anterior;

5 – Os beneficiários que tenham sido condenados em processo - crime ou contraordenacional por violação da legislação sobre trabalho de menores e discriminação no trabalho e emprego, nomeadamente em função do sexo, da deficiência e da existência de risco agravado de saúde, ficam impedidos de aceder a financiamento dos FEEI, por um período de três anos, a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se da sanção aplicada no âmbito desse processo resultar período superior;

6 – Sempre que o beneficiário seja uma pessoa coletiva, o disposto nos n.ºs 1 a 5 é aplicável, com as necessárias adaptações, aos titulares dos órgãos de direção, de administração e de gestão e a outras pessoas que exerçam funções de administração ou gestão;

7 – O disposto nos números anteriores é aplicável ainda que os factos tenham ocorrido em períodos de programação anteriores ao período de programação regulado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro;

De acordo com o previsto no artigo 6.º do RE SEUR, os beneficiários devem ainda declarar não ter salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do Termo de Aceitação, caso a candidatura seja aprovada.



10.2 Critérios gerais de elegibilidade das operações

As operações candidatas no âmbito do presente Aviso-Convite têm que evidenciar que satisfazem os critérios gerais de elegibilidade das operações fixados no artigo 5.º do RE SEUR, bem como demonstrar o respeito pelo disposto no Aviso, nomeadamente:

- a) Respeitem as tipologias de operações previstas no referido Regulamento e no ponto 2 deste Aviso;
- b) Visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no referido Regulamento;
- c) Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;
- d) Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 5 do presente Aviso;
- e) Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- f) Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- g) Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- h) Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;
- i) Demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento;
- j) No caso dos projetos geradores de receitas, demonstrem o cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro;
- k) Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- l) Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;
- m) Os beneficiários devem declarar não terem salários em atraso;
- n) Evidenciem o cumprimento das disposições em matéria de Auxílios de Estado, se aplicável.

Para efeitos do cumprimento das alíneas i) e j), no caso de operações com custo total elegível igual ou superior a 1 milhão de euros, deverá também ser elaborado um Estudo de Viabilidade Financeira (EVF) para os projetos geradores de receitas - caso a operação tenha taxas ou tarifas suportadas pelos utilizadores das infraestruturas ou gere outro tipo de receitas decorrentes especificamente da operação ou ainda, tenha poupanças nos custos operacionais geradas pela operação - e para demonstração da sustentabilidade das operações, nos termos definidos na Nota de Orientações para a Análise Financeira



[Guião I a)] para o apuramento e validação das Receitas Líquidas Descontadas (Funding Gap), através do preenchimento do Guião I b).

Para projetos com custo total elegível inferior a 1 milhão de euros, deverá ser apresentada e demonstrada a sustentabilidade da operação por um período de referência de 6 anos. No caso de serem identificadas receitas líquidas geradas durante a execução da operação, as mesmas serão deduzidas à despesa elegível.

10.3 Critérios específicos de elegibilidade das operações

10.3.1 Respeitem a investimentos em Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação associados à prevenção e gestão de riscos, conforme ponto 2 do presente Aviso, localizadas na área geográfica das CIM e AML mencionadas no ponto 4 do presente Aviso-Convite, que se enquadrem no âmbito das subalíneas i), ii) e iii) da alínea d) do nº 2.1 do artigo 82º do RE SEUR, nas tipologias de operações e na dotação orçamental prevista nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial aprovados, nos termos e com as especificações constantes do Anexo IV.

10.3.2 As operações têm que evidenciar o enquadramento da operação no respetivo Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial já contratualizado.

10.3.3. As operações têm de demonstrar o seu enquadramento na estratégia integrada de desenvolvimento territorial da AM ou CIM, no âmbito da respetiva Intervenção Territorial Integrada, conforme estabelecido no número 1 do artigo 84º do RE SEUR e no artigo 65º do Decreto-Lei nº 137/2014 de 12 de setembro.

10.3.4. As operações têm de demonstrar o enquadramento nas tipologias elegíveis definidas no ponto 2 do presente Aviso, incluindo a legitimidade do beneficiário e a pertinência das ações face às competências conferidas pelas políticas, instrumentos de planeamento, legislação em vigor e documentos de referência no âmbito da prevenção e gestão de riscos. Deverão ainda demonstrar a conformidade e alinhamento com os documentos setoriais de referência (Programas de âmbito nacional, distrital, regional ou setorial) e as Diretivas Comunitárias aplicáveis.

10.3.5 As operações deverão contribuir para o preenchimento de lacunas de informação, a complementaridade de conteúdos e a utilidade das aplicações, nomeadamente para o apoio à decisão das entidades competentes nos domínios da prevenção estrutural e da resposta a situações de emergência e o reforço dos sistemas de informação e de monitorização de suporte a planos de prevenção de âmbito nacional, distrital, supramunicipal ou municipal de riscos, de sistemas de vigilância e alerta, priorizando o preenchimento de lacunas e salvaguardando a integração e interoperabilidade entre sistemas de gestão de informação, em função da tipologia em causa.

10.3.6 No âmbito da prevenção de incêndios florestais, deverão ser privilegiados os investimentos na ampliação e modernização da rede de vigilância e de obtenção de dados, incluindo sistemas inovadores de videovigilância de deteção precoce de incêndios florestais, numa lógica de reforço, expansão e colmatação de insuficiências de cobertura geográfica do sistema integrado de vigilância e monitorização já instalado, que acautele a interoperabilidade e articulação com as entidades competentes (ANPC e Guarda Nacional Republicana - GNR), e promova a melhoria da eficácia na prevenção e no combate aos incêndios florestais.

10.3.7 Sem prejuízo do âmbito e tipologias previstos no ponto 2.1, serão apenas elegíveis as operações para elaboração de planos e estudos destinados a dotar os Municípios ou as suas Associações dos instrumentos de gestão e planeamento de riscos, naturais ou tecnológicos, cujo âmbito e enquadramento legal se integre nas competências e responsabilidades daquelas entidades, conferidas pelas políticas nacionais de Proteção Civil e de Defesa Contra Incêndios Florestais e pelos respetivos instrumentos de planeamento, municipal, supramunicipal e distrital. Serão elegíveis ainda as operações destinadas à revisão de Planos Gerais, Especiais e Municipais de Emergência, de acordo com o estipulado no quadro legal em vigor.



10.3.8. As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da ANPC, na qualidade de entidade competente para planear, coordenar e executar a política nacional de proteção civil, que integre a avaliação da componente técnica, da adequação das ações previstas na operação candidata às políticas nacionais de proteção civil e da adequação de meios, equipamentos e infraestruturas, tendo em conta os riscos e as vulnerabilidades existentes, conforme o previsto no número 3 do artigo 84º do RE SEUR.

Para obtenção do referido parecer, este deverá ser solicitado à ANPC, o mais tardar até 29 de janeiro de 2017, instruído com:

- i) Memória Descritiva.
- ii) Outros estudos de risco que os beneficiários detenham que comprovem os riscos e vulnerabilidades existentes no território abrangido pela operação.
- iii) Adicionalmente, deverá ser entregue documentação que demonstre a adequação da operação em causa às políticas nacionais de proteção civil, designadamente quanto aos objetivos e domínios de ação da Proteção Civil, conforme definido no artigo 4º da Lei de Bases de Proteção Civil.

O pedido de parecer deverá ser formalizado pelas entidades potenciais beneficiárias através de Ofício, remetido à Sede da ANPC, via email para secretariado@prociv.pt ou via postal para “Autoridade Nacional de Proteção Civil, Avenida do Forte em Carnaxide, 2794-112 Carnaxide”, dirigido ao Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil. No assunto, para além da solicitação do parecer, deverá ser referenciado o Aviso ao qual pretende a entidade concorrer.

10.3.9. As operações têm que ser instruídas com parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, IP (APA), enquanto autoridade nacional para a água, sempre que incidam em Domínio Hídrico ou respeitem a estudos/planos/sistemas de prevenção e gestão de riscos associados à rede hidrográfica e aos recursos hídricos.

Para obtenção do referido parecer, este deverá ser solicitado à APA, o mais tardar até 29 de janeiro de 2017, instruído com:

- i) Memória Descritiva
- ii) Outros estudos de risco que os beneficiários detenham que comprovem os riscos e vulnerabilidades existentes no território abrangido pela operação.
- iii) Demonstração da compatibilidade do sistema a instalar com o sistema SVARH (Sistema de vigilância e Alerta dos Recursos Hídricos), quando aplicável.

Toda a correspondência a enviar por correio, deverá ser dirigida ao “Presidente do Conselho Diretivo da APA” para o endereço “Agência Portuguesa de Ambiente, Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal Ap. 7585, 2610-124 Amadora”, podendo também ser remetida por Email, através do endereço: ParecerAPA.POSEUR43@apambiente.pt

10.3.10 As operações enquadradas na subalínea iii) do ponto 2.1 do Aviso têm que ser instruídas com parecer favorável da GNR enquanto entidade responsável pela coordenação das ações de prevenção relativas à vertente da vigilância, deteção e fiscalização no âmbito do sistema de defesa da floresta contra incêndios.

Para obtenção do referido parecer, este deverá ser solicitado à GNR, através do endereço eletrónico dperi@gnr.pt, o mais tardar até 29 de janeiro de 2017, instruído com:

- i) Memória Descritiva.



- ii) Documentação que detalhe e justifique a interoperabilidade entre o sistema proposto e os existentes a nível nacional que permita a coordenação a nível regional e nacional pelas autoridades competentes.
- iii) Documentação que demonstre a adequação da operação em causa às políticas nacionais de proteção civil, designadamente quanto aos objetivos e domínios de ação da Proteção Civil, conforme definido no artigo 4º da Lei de Bases de Proteção Civil.

10.3.11 As operações referentes a estudos, planos e sistemas de informação para gestão de riscos de incêndio florestal têm que ser instruídas com parecer favorável do ICNF, enquanto autoridade competente para a coordenação da prevenção estrutural nas vertentes de planeamento, organização do território florestal, silvicultura, infraestruturização e sensibilização, e entidade de tutela das Áreas Classificadas.

Para obtenção do referido parecer, este deverá ser solicitado ao ICNF, o mais tardar até 29 de janeiro de 2017, instruído com:

- i) Memória Descritiva
- ii) Outros estudos de risco que os beneficiários detenham que comprovem os riscos e vulnerabilidades existentes no território abrangido pela operação, nomeadamente extratos/informação dos Planos Municipais de DFCL aplicáveis.
- iii) Demonstração da compatibilidade do sistema a instalar com os sistemas de vigilância de incêndios florestais coordenados pelas entidades nacionais de proteção civil, quando aplicável.

O pedido de parecer deverá ser dirigido ao Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal, através do endereço de correio electrónico dgappf@icnf.pt, ou via postal para “Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Departamento de Gestão de Áreas Públicas e de Proteção Florestal, Avenida da República, n.º 16, 1069-040 LISBOA”.

10.3.12 Os documentos que são submetidos às referidas entidades externas para emissão de parecer e instrução da candidatura, nos termos regulamentares, terão que ser iguais aos que instruirão a candidatura, devendo o proponente apresentar uma declaração de conformidade nesse sentido.

10.3.13 As operações que preconizam intervenções infraestruturais com expressão territorial, têm que atestar a conformidade com os PMOT e com os programas aplicáveis e dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à sua execução, conforme estipulado, respetivamente, nas alíneas c) e f) do artigo 5º do RE SEUR.

10.4 Critérios de Elegibilidade das despesas

10.4.1 Só serão elegíveis as despesas relativas às intervenções a realizar no âmbito das tipologias de operações previstas no ponto 2 do presente Aviso-Convite, nomeadamente as que visam o desenvolvimento, aplicação e instalação de tecnologias e software, dispositivos para vigilância, controlo remoto para monitorização de riscos, consultadoria técnica, carregamento de dados, digitalização de informação e aquisição de informação, nos termos das subalínea i), ii) e iii) da alínea d) do número 2.1 do artigo 82º e da alínea f) do artigo 85º do RE SEUR.

10.4.2. Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº215/2015 de 6 de outubro, são elegíveis as despesas no âmbito das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso-Convite, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, nos termos previstos nos artigos 7.º e alínea f) do artigo 85.º do RE SEUR.”.

10.4.3. Não são elegíveis imputações de custos internos das entidades beneficiárias.

10.4.4. Não são elegíveis despesas de consumo corrente, despesas de funcionamento ou de manutenção/conservação, mas apenas despesas de investimento, registadas como tal em contas de ativos tangíveis ou intangíveis, agregadas em conta específica para a operação.



10.4.5 As candidaturas não poderão incluir despesas de revisões de preços. Caso estas despesas venham a tornar-se efetivas no decurso da operação, poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do PO SEUR, para incluir as despesas efetivamente suportadas pelo beneficiário com revisões de preços definitivas (de montante positivo) e até ao limite de 5% do montante elegível dos trabalhos efetivamente executados, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 7.º do RE SEUR. No caso de serem apuradas revisões de preços definitivas (de montante negativo), as mesmas terão que ser apresentadas ao PO SEUR, através da submissão em pedido de pagamento dos respetivos documentos de apuramento das revisões de preços e respetivas notas de crédito, as quais serão abatidas às despesas elegíveis da operação.

11 Preparação e submissão das candidaturas

11.2 Submissão das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Portal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº215/2015 de 6 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso-Convite.

Para o efeito, os beneficiários deverão obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020.

O formulário de candidatura deve ser devidamente preenchido pelo beneficiário no Balcão Único do Portugal 2020, devidamente acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 11.2 do presente Aviso, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

11.3 Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura que deverá ser preenchido de acordo com o Guião I – Preenchimento do Formulário de Submissão de Candidaturas Balcão 2020, as candidaturas terão de incluir os documentos identificados no Guião III – Documentos de instrução da Candidatura e a Declaração de Compromisso (Guião IV– Minuta).

As candidaturas devem ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

Os documentos que instruem as candidaturas devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão 2020, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

12 Processos de decisão das candidaturas

A decisão relativa às candidaturas obedecerá ao seguinte processo:

12.1 1ª Fase | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões:

- a) Enquadramento nas tipologias de operação previstas no âmbito do Aviso;
- b) Enquadramento do proponente nas tipologias de beneficiários ou beneficiários (caso de Convites) previstos nos Avisos;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;



- d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- e) Verificação se se trata de uma Operação não concluída (nº 6 do artigo 65º do Reg. (EU) nº 1303/2013);
- f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do nº 3 do artigo 125º do Reg. (EU) nº 1303/2013);
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;
- h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva e respetiva completude e ACB ou Estudo de viabilidade Financeira, quando aplicável.

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso de Abertura, do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso analisadas nesta primeira fase, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, por falta de enquadramento no Aviso, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso de Abertura em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira fase, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.

12.2 2ª Fase | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações e apuramento do mérito da operação

A verificação dos critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações, conduzem ao prosseguimento da análise para o apuramento do mérito e processo de seleção das candidaturas.

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de acompanhamento do PO SEUR, nos termos definidos no ponto 13.

Caso o beneficiário e/ou a operação não cumpram algum dos critérios de elegibilidade gerais e específicos e/ou a candidatura não atinja classificação mínima para efeitos de apuramento de mérito absoluto ou, tendo atingido a classificação mínima, na hierarquização para efeitos de avaliação do mérito relativo, não seja selecionada por não se enquadrar dentro da dotação financeira disponível no âmbito do Aviso, a entidade proponente será notificada da proposta de não aprovação, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não aprovação em sede de audiência prévia, a candidatura será selecionada para financiamento e a entidade proponente será notificada da decisão de aprovação da candidatura. Na falta de resposta, ou se após resposta, se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não aprovação, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não aprovação da candidatura.



13 Apuramento do Mérito e Seleção das Candidaturas

13.2 Critérios de seleção, parâmetros de avaliação e coeficientes de ponderação das candidaturas

As candidaturas apenas poderão ser selecionadas para cofinanciamento do POSEUR caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 2,5 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia apresentada nos pontos seguintes, aprovada pelo Comité de Acompanhamento do PO SEUR, e tenham enquadramento no montante máximo de Fundo de Coesão fixado no ponto 8 do presente Aviso-Convite.

13.3 Classificação a atribuir a cada critério de seleção

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção, tendo em conta os parâmetros de avaliação e os coeficientes de ponderação constantes do “Anexo II – Parâmetros e Critérios de Seleção”.

A classificação das candidaturas, resultante da aplicação dos critérios de seleção, é atribuída numa escala de [0...5], por agregação das classificações de cada critério, que resultam da aplicação do coeficiente de ponderação à pontuação dos respetivos parâmetros de avaliação, pontuação essa que obedecerá à escala referida anteriormente. A classificação será estabelecida até à 2ª casa decimal sem arredondamento.

13.4 Classificação Final

A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das Classificações dos Critérios (C) e das respetivas ponderações (P), constantes no Anexo II, através da seguinte fórmula:

$$CF = (P_b) * C_b + (P_c) * C_c * [(P_{c1} * C_{c1}) + (P_{c2} * C_{c2})] + (P_d) * C_d + (P_e) * C_e [(P_{e1} * e_1) + (P_{e2} * C_{e2})] + (P_f) * C_f [(P_{f1} * f_1) + (P_{f2} * C_{f2})]$$

Em

que:

Pa... Pd = Ponderação do critério ou subcritério, neste caso quando existir mais do que um subcritério de seleção;

Ca ... Cd = Pontuação atribuída ao critério ou subcritério, neste caso quando existir mais do que um subcritério de seleção;

13.5 Seleção das candidaturas

As operações apenas serão selecionadas para cofinanciamento do PO SEUR caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 2,5 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia apresentada nos pontos anteriores.

14 Contratualização de resultados e de realizações no âmbito das operações

Na candidatura deverão ser propostas pela entidade beneficiária as metas a contratualizar com a Autoridade de Gestão do PO SEUR, as quais deverão contribuir para o cumprimento das metas contratualizadas nos Pactos para os seguintes indicadores de realização e de resultado, aplicáveis por tipologia de operação.

Tipologia de operação i) *Elaboração de planos (...)*:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.05.02.10.P	Realização	Instrumentos de planeamento de emergência e proteção civil elaborados	Nº
R.05.02.07.P	Resultado	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	ha



Tipologia de operação ii) *Elaboração de estudos técnicos e cartografia (...)*:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.05.02.11.P	Realização	Estudos, Cartografia e outros documentos de informação e conhecimento produzidos	Nº
R.05.02.07.P	Resultado	Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação e/ou atuação de riscos específicos	ha

Tipologia de operação iii) *Reforço dos sistemas de informação e de monitorização (...)*:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do indicador	Unidade de Medida
O.05.02.12.P	Realização	Sistemas de informação e de monitorização desenvolvidos/implementados e reestruturados/modernizados	Nº
R.05.02.06.P	Resultado	Incremento da Acessibilidade à informação disponibilizada e partilhada nos Sistemas de Informação e de Monitorização	%
R.05.02.03.P	Resultado	Redução de falsos alertas gerados por sistemas de monitorização face à totalidade dos propostos pelo sistema de verificação	%

No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível de cada operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, de 27 de outubro, será aplicada uma redução do apoio à operação nos seguintes termos:

Consideram-se cumpridas as metas contratualizadas em sede de aprovação da candidatura e constantes do termo de aceitação, quando a percentagem de cumprimento for de pelo menos 90% do contratualizado. Abaixo desse limiar será aplicada uma correção financeira proporcional à percentagem do incumprimento da meta, a incidir, para cada um dos indicadores, sobre 10% do montante a aprovar em saldo final, conforme simulador disponível em anexo ao presente Aviso (Guião V).

15 Indicadores de Acompanhamento das operações

Para além dos indicadores a contratualizar, as entidades beneficiárias deverão incluir nas candidaturas a proposta e respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à tipologia de operação, tendo como base a metodologia de apuramento constante do Anexo III – “Indicadores de Realização e de Resultado” ao presente Aviso-Convite e disponível no Balcão Único 2020, enquanto indicadores de acompanhamento da execução da operação.

No caso dos indicadores em que a unidade de medida resulte da utilização de variáveis elementares (%), deverão ser indicados e fundamentados os valores desagregados por numerador e denominador, de modo a justificar a meta proposta, no campo das observações referentes ao preenchimento dos indicadores.

16 Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação e a decisão de seleção das candidaturas são da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO SEUR.

17 Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do POSEUR pode requerer aos beneficiários esclarecimentos e/ou elementos complementares, que devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da



data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Durante este período fica suspensa a contagem do prazo fixado para a decisão da AG do PO SEUR, previsto no ponto seguinte. Se, findo o referido prazo de resposta pelos beneficiários, não forem prestados por estes os esclarecimentos/elementos requeridos, as respetivas candidaturas serão analisadas com os documentos e informação disponíveis.

18 Comunicação da Decisão aos Beneficiários

A decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, indicada no ponto 9 deste Aviso – Convite, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro. Este prazo é suspenso nos períodos relativos à apresentação de documentos e esclarecimentos adicionais pelos beneficiários, previstos no ponto 17 do presente Aviso-Convite.

Sem prejuízo do prazo legalmente previsto para a audiência dos interessados, em caso de apresentação de alegações o prazo previsto pode ser alargado até 40 dias úteis.

19 Linha de atendimento

Os pedidos de informação e esclarecimentos devem ser efetuados no Portal do Portugal 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt/>) da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP, através do Suporte ao Balcão 2020, no menu “Contacte-nos”. Podem também ser consultados o Guia Rápido de Utilização - SSN2020 disponível no menu Legislação e Normas/Guias. (ex.: credenciação de beneficiários, formulário de candidatura, dificuldades de submissão das candidaturas) e o menu FAQ com um conjunto de perguntas frequentes e respetivas respostas.

Pode ainda ser consultado o menu “Candidaturas” no sítio do PO SEUR (<https://poseur.portugal2020.pt/>) onde consta toda a documentação anexa e respetivos guiões e onde existe também um menu FAQ.

Sem prejuízo do acima referido os pedidos de informação ou de esclarecimento podem também ser dirigidos para:

Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, nº 5 - 1099-019 Lisboa

poseur@poseur.portugal2020.pt

Lisboa, 30 de novembro de 2016

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional

Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PO SEUR

Helena Pinheiro de Azevedo



ANEXOS

Anexo I	Processo de Decisão das Candidaturas (formato .pdf)
Anexo II	Parâmetros e Critérios de Seleção (formato .pdf)
Anexo III	Indicadores de Realização e de Resultado (formato .pdf)
Anexo IV	Dotações orçamentais por CIM e AM (formato .pdf)
Guião I a)	Nota Orientações Análise Financeira
Guião I b)	Modelo preenchimento EVF (em formato editável para preenchimento e submissão caso seja aplicável)
Guião II	Preenchimento de Formulário no Balcão Único (formato .pdf)
Guião III	Documentos Instrução Candidatura (formato .xls)
Guião IV	Minuta da Declaração de Compromisso (formato .pdf editável)
Guião V	Simulador de Penalizações (formato .xls)